

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DO HOSPITAL ESPERANÇAS S.A.**

JUCEPE

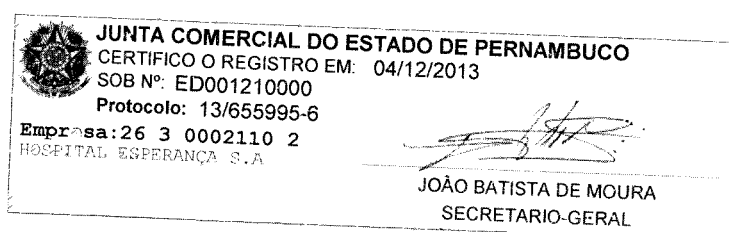
Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

**HOSPITAL ESPERANÇA S.A.**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Rua Antônio Gomes de Freitas nº 265, Ilha do Leite, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 02.284.062/0001-06, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") sob NIRE 26.2.0107600-6, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Emissora"

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Edifício Buenos Aires, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

**REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Rua Francisco Marengo, nº 1.312, Tatuapé, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.047.087/0001-39, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Fiador";

celebram a presente Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Emissora, doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476/09"), mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:



Handwritten signature.

Handwritten signature.



## 1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na aprovação da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos ("Emissão") deliberada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 22 de novembro de 2013 ("AGE"), de acordo com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76").

1.2 A prestação da Fiança (conforme abaixo definida) pelo Fiador foi autorizada em Reunião do Conselho de Administração do Fiador realizada em 22 de novembro de 2013 ("RCA").

## 2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM nº 476/09"), serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") e publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no Jornal Diário da Manhã de Recife, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 e artigo 289 da Lei nº 6.404/76.

2.1.1.2 A ata da RCA do Fiador será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário Comercial".



## **2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura**

2.1.2.1 A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCEPE, de acordo com o disposto no artigo 62, II, e seu parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e nos competentes Registros de Títulos e Documentos do domicílio das Partes na Cidade de Recife, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCEPE e nos referidos Registros de Títulos e Documentos deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo arquivamento.

## **2.1.3 Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

## **2.1.4 Dispensa de Registro na ANBIMA**

2.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

## **2.1.5 Registro da Escritura em Cartório de Títulos e Documentos**

2.1.5.1 Nos termos dos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em virtude da fiança ora avençada, a presente Escritura deverá ser levada a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo e da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro em até 5 (cinco) Dias Úteis da sua assinatura. Vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente registrados nos referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo registro.



### 2.1.6 Registro do Contrato de Garantia

2.1.6.1 Tendo em vista que a presente Emissão conta com as garantias reais descritas no item 4.11 abaixo, devidamente aprovadas na AGE, o Contrato de Garantia (conforme definido abaixo) será levado a registro pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, em, no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua assinatura. Após o deferimento de referido registro, a Emissora deverá encaminhar via original registrada do Contrato de Garantia para o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias contados da data de tal deferimento.

## 3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social a exploração da atividade médico-hospitalar, em todas as modalidades, serviços correlatos, tais como: clínica médica, farmácia, restaurante, laboratório de análises e todas as demais atividades, que possam ser úteis ao seu objetivo principal; inclusive importação, para uso próprio, se equipamentos médico-hospitalares e correlatos.

### 3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora ("Emissão").

### 3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

### 3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.



### 3.5 Quantidade de Debêntures

- 3.5.1 Serão emitidas 100 (cem) debêntures (“Debêntures”).

### 3.6 Banco Liquidante e Mandatário e Escriturador Mandatário

3.6.1 O banco liquidante será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, Parque Jabaquara, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”).

3.6.2 O escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador”).

### 3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão destinados ao financiamento do capital de giro da Emissora.

### 3.8 Registro na CETIP

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”); e (ii) negociação secundária, no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, e desde que cumpridas as exigências, pela Emissora, dispostas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

3.8.3 Para efeito do disposto no item anterior, consideram-se “Investidores Qualificados” aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM nº 409/04”), observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 deverão subscrever, no âmbito da oferta pública, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (“Investidores Qualificados”).

### 3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação do **Banco J. Safra S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.017.677/0001-20 (“Coordenador-Líder” e “Oferta”, respectivamente), nos termos e condições do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da 2ª Emissão do Hospital Esperança S.A.”, celebrado entre o Coordenador-Líder e a Emissora (“Contrato de Colocação”).

3.9.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada dentro do prazo de distribuição de até 6 (seis) meses contados da data de início de distribuição e no Contrato de Colocação.

3.9.3 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador-Líder poderá procurar, no máximo, 50 (cinquenta) investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM nº 409/04, e observado o disposto nos artigos 3º e 4º da Instrução CVM nº 476/09, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.



3.9.4 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com: (a) os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (b) o Contrato de Colocação.

3.9.5 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador-Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.9.6 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Características Básicas

###### 4.1.1 *Valor Nominal Unitário*

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, conforme definida abaixo (“Valor Nominal Unitário”).

###### 4.1.2 *Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 09 de dezembro de 2013 (“Data de Emissão”).

###### 4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá em 10 de dezembro de 2018 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo e vencimento antecipado das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme adiante definida), calculados na forma prevista nesta Escritura.

#### 4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

#### 4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

#### 4.1.6 *Conversibilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### 4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

### 4.2 **Subscrição**

#### 4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 3.9.2 acima.

#### 4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário.



### 4.3 Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em uma única data, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

### 4.4 Direito de Preferência

4.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

### 4.5 Atualização do Valor Nominal Unitário

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

### 4.6 Remuneração

4.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à acumulação de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas “Taxa DI *over* extragrupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a respectiva data de integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (“Remuneração”).

4.6.1.1 Define-se como “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na respectiva data de integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.6.2 Durante o Prazo de Carência (conforme definido no item 4.8.2 abaixo), a Remuneração deverá ser paga a cada período de 6 (seis) meses, nos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de junho de 2014 ou, caso referida data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente, conforme indicado na tabela abaixo. Após o Prazo de Carência, o pagamento da Remuneração será trimestral, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, nas mesmas datas previstas no item 5.1 abaixo para a amortização de valores relacionados ao principal das Debêntures.

<b>Datas de Pagamento da Remuneração durante o Prazo de Carência</b>
10/06/2014
10/12/2014
10/06/2015
10/12/2015

4.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorJuros” corresponde fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread ou sobretaxa, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}, \text{ onde:}$$

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (\text{TDI}_k)], \text{ onde:}$$

"n<sub>DI</sub>" corresponde ao número total de Taxas DI, sendo "n<sub>DI</sub>" um número inteiro;

"TDI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

"k" = 1, 2, ..., n, sendo "n" um número inteiro;

"DI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"d<sub>k</sub>" = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "d<sub>k</sub>" igual a 1 (um) Dia Útil;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

"spread" corresponde ao spread, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais, equivalente a 1,9000;

"DP" corresponde ao número de Dias Úteis entre a respectiva data de integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração

imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:

- i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii) o fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- iii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- v) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.6.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, imediatamente, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima, assembleia geral de Debenturistas, observados os termos previstos na presente Escritura para a respectiva realização ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão

Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração (a "Remuneração Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas em comento.

4.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

4.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia Geral de Debenturistas realizada conforme o item 4.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, por conseguinte, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, exclusive, conforme o caso. Para o cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida. Tal fato deverá ser comunicado pela Emissora por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

#### 4.7 Repactuação

4.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.8 Amortização Programada

4.8.1 O Valor Nominal Unitário na Data de Emissão será amortizado em 11 (onze) parcelas trimestrais e consecutivas após o Prazo de Carência (conforme definido no item

4.8.2 abaixo), sendo a primeira parcela devida em 10 de junho de 2016, conforme cronograma abaixo, observado que, será devido, juntamente com as parcelas de Amortização do Valor Nominal Unitário a Remuneração referente ao Período de Capitalização em questão, e que caso qualquer data prevista para pagamento não seja Dia Útil, a parcela em questão será devida no primeiro Dia Útil subsequente, sem nenhum acréscimo:

<b>Datas de Amortização do Principal e da Remuneração Após o Prazo de Carência; Percentuais de Amortização do Valor Nominal Unitário ("VNU")</b>	
<b>Data</b>	<b>% do VNU</b>
10/06/2016	9,091
10/09/2016	9,091
10/12/2016	9,091
10/03/2017	9,091
10/06/2017	9,091
10/09/2017	9,091
10/12/2017	9,091
10/03/2018	9,091
10/06/2018	9,091
10/09/2018	9,091
10/12/2018	9,09

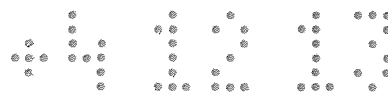
4.8.2 As parcelas devidas a título de amortização das Debêntures somente serão pagas depois de transcorrido o prazo de carência – período compreendido entre a Data de Emissão e 10 de junho de 2016 ("Prazo de Carência"), durante o qual nenhum pagamento de principal será devido a esse título, exceto nas hipóteses de Resgate Antecipado ou Vencimento Antecipado previstas no item 5.3 abaixo, ocasião em que as parcelas tornar-se-ão exigíveis na forma estabelecida na Cláusula 5.3.3 abaixo.

#### **4.9 Condições de Pagamento**

##### **4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária**

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem

custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora; ou (b) conforme o caso, pelo escriturador mandatário contratado para este fim.



4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos desta legislação tributária em vigor. Serão de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Liquidante qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

#### 4.9.2 Prorrogação dos Prazos

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 4.9.3 Encargos Moratórios

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").



#### **4.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.9.4.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.10 Publicidade**

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no Jornal Diário da Manhã de Recife, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação em 5 (cinco) dias contados da data da sua realização.

#### **4.11 Garantias Reais**

4.11.1 Em garantia do fiel e pontual adimplemento das obrigações da Emissora sobre as Debêntures, nos termos do Contrato de Garantia, foram cedidos fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, os direitos creditórios decorrentes de prestação de serviços por ela efetuados, oriundos dos contratos de prestação de serviços referidos no Contrato de Garantia, abaixo definido ("Direitos Creditórios").

4.11.2 Os termos e condições das garantias reais da Emissão ("Garantias Reais") estão descritos no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o banco depositário dos recebíveis ("Contrato de Garantia").



## 4.12

**Garantia Fidejussória**

4.12.1 Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações principais e acessórias da Emissora sob as Debêntures, o Fiador presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como garantidor e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados ("Fiança" ou "Garantia Fidejussória").

4.12.2 O Fiador declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, garantidor e principal pagador, de forma solidária com a Emissora, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos da presente Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.12.3 O valor da Fiança ora prestada pelo Fiador é limitado ao valor total das obrigações da Emissora sob as Debêntures, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver ("Valor Garantido").

4.12.4 O Valor Garantido será pago pelo Fiador em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário ao Fiador, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 1 (um) dia útil da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando da ciência do vencimento antecipado das Debêntures, respeitados os respectivos prazos de cura porventura aplicáveis. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário. O pagamento do Valor Garantido será realizado fora do âmbito da CETIP.

4.12.5 O Fiador expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.12.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelo Fiador com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.12.7 O Fiador sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles honrada.

4.12.8 A presente Fiança entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, assim como com a verificação do integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora em todos os documentos relativos à Emissão, sendo certo que somente a partir de tal data o Fiador estará desobrigado de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.

4.12.9 O Fiador, desde já, reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

## **5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **5.1 Aquisição Antecipada Facultativa**

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação, conforme definidas abaixo, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e



quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e ainda não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

## 5.2 Resgate Antecipado

5.2.1 As Debêntures poderão, a qualquer momento, ser parcial ou totalmente resgatadas por iniciativa da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas e a CETIP com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, informando (i) a data pretendida para a realização do resgate antecipado; (ii) o volume ou número de Debêntures que serão resgatadas; e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

5.2.2 O resgate antecipado das Debêntures pela Emissora, no todo ou em parte, será realizado mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida *pro rata temporis* até a data do pagamento do resgate antecipado, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do resgate antecipado facultativo; e (ii) de prêmio de resgate antecipado, estabelecido conforme a tabela abaixo:

Data do pré pagamento	Prêmio a ser pago, sobre o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração
A partir da data de integralização até 09/11/2014	7,00%
De 10/11/2014 a 03/11/2015	5,00%
De 04/11/2015 a 30/10/2016	2,60%
De 31/10/2016 a 23/10/2017	1,50%
A partir de 24/10/2017	0,70%

5.2.3 O resgate parcial deverá ser realizado por meio dos procedimentos operacionais da CETIP, sendo que, independentemente do resgate ser total ou parcial, todas as etapas do processo de validação do Resgate Antecipado, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

### 5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 O Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas, deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto nas cláusulas 5.3.2 e 5.3.3. abaixo, todas as obrigações da Emissora sob as Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) proposição de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora e ou coligadas a esta, e/ou por quaisquer terceiros legalmente habilitados à propositura de referido pedido contra a Emissora, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora ou coligadas a esta;
- ii) pedido de autofalência ou de falência da Emissora, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora ou suas coligadas;
- iii) deferimento ou decretação de falência da Emissora, seus acionistas controladores e/ou de sociedades controladas pela Emissora ou suas coligadas;
- iv) inadimplemento, pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores e/ou por suas sociedades controladas, de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou estabelecidas na presente Escritura, se não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil;

- v) falta de pagamento na respectiva data de vencimento, pela Emissora, ou por qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora, de quaisquer dívidas financeiras em montante igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), não sanado no prazo de cura porventura previsto no respectivo instrumento;
- vi) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora e/ou de seus acionistas controladores e/ou de suas sociedades controladas, decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar em montante igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), não sanado no prazo de cura porventura previsto no respectivo instrumento;
- vii) protesto de títulos contra a Emissora e/ou seus acionistas controladores e/ou suas sociedades controladas, ou contra o Fiador em montante, individual ou agregado, superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo se o protesto for cancelado ou sustado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis;
- viii) se, sem o expresse consentimento dos Debenturistas, a Emissora e/ou controladores e/ou sociedades controladas pela Emissora tiver(em), total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado;
- ix) se houver incorporação, fusão, cisão, total ou parcial da Emissora, nos termos do artigo 231 da Lei nº 6.404/76 ou, ainda, em caso de extinção, dissolução, liquidação, incorporação de ações, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em alteração do atual controle societário direto ou indireto da Emissora, conforme o caso, exceto se previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia geral específica, cujo quorum de aprovação será o previsto na cláusula 8.8 abaixo, exclusivamente na hipótese de alteração do atual controle societário direto ou indireto da Emissora;;
- x) ausência de plena constituição das garantias reais e fidejussórias das Debêntures de acordo com os prazos e condições previstos nesta Escritura e nos respectivos instrumentos de constituição;

- xi) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão eram falsas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que tais declarações e garantias foram prestadas;
- xii) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora ou do Fiador, em montante, individual ou agregado, superior a R\$ 1.000.000,00 (quinze milhões de reais), sem que a Emissora tenha apresentado defesa no prazo legal, e desde que não haja decisão suspendendo os efeitos da medida questionada;
- xiii) emissão de títulos e/ou valores mobiliários pela Emissora sem observância dos limites previstos na legislação aplicável à matéria;
- xiv) não cumprimento de quaisquer obrigações, pecuniárias ou não pecuniárias, assumidas pela Emissora no âmbito do Contrato de Garantia, não sanadas no prazo de cura porventura previsto no referido instrumento;
- xv) caso venha a ocorrer depreciação e/ou perecimento das garantias prestadas sem constituição de novas garantias em favor dos Debenturistas, ou em casos de ausência de reforço das garantias oferecidas pela Emissora em favor dos titulares das Debêntures, neste último caso desde que fatos supervenientes venham, sob qualquer forma, a abalar ou diminuir o valor, a liquidez, a certeza, a qualidade e/ou a exigibilidade dessas garantias, implicando a não observância do limite mínimo mensal, conforme definido no Contrato de Garantia ("Limite Mínimo Mensal"), dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação escrita feita à Emissora neste sentido;
- xvi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- xvii) caso o Fiador deixe, a qualquer tempo, de observar e manter os seguintes índices financeiros, a partir da Data da Emissão, a serem verificados semestralmente, nos meses de junho e dezembro de cada ano, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas do Fiador ("Índices Financeiros"):



- a) razão entre Dívida Líquida do Fiador e seu EBITDA: (1) no ano de 2013, igual ou inferior a 4,0; (2) no ano de 2014, igual ou inferior a 3,5; e (3) de 2015 em diante, igual ou inferior a 3,0;
- b) razão entre o EBITDA do Fiador, e a Despesa Financeira Líquida, excluídas as Debêntures Conversíveis, igual ou superior a 1,8% (um inteiro e oito décimos);
- xviii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento de autoridade competente autorizando a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- xix) em caso de descumprimento do Limite Mínimo Mensal.

5.3.1.1 Para a apuração dos Índices Financeiros, considerar-se-ão, as seguintes definições para os fins do subitem “(xvii)” acima:

- (1) “Dívida Líquida” corresponde ao somatório dos mútuos passivos e das dívidas onerosas do Fiador, junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pelo Fiador, menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e dos mútuos ativos do Fiador (excluídos parcelamentos de impostos e debêntures conversíveis em ações emitidas em abril e novembro de 2010, no valor total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) (“Debêntures Conversíveis”);
- (2) “Despesa Financeira Líquida” corresponde ao saldo da diferença entre a receita financeira bruta e a despesa financeira bruta do Fiador, incluindo mútuos passivos e ativos e excluindo juros sobre capital próprio e parcelamentos de impostos, conforme constantes das demonstrações de resultado do Fiador (excluídas Debêntures Conversíveis); no caso de aquisição de participação societária, a Despesa Financeira Líquida será ajustada adicionando-se os últimos 12 (doze) meses da empresa em que a Emissora tenha adquirido participação,

sendo que o acréscimo será realizado proporcionalmente à participação detida pela Emissora, se esta for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) e não assegurar o controle societário, ou integralmente, se superior a 50% (cinquenta por cento) ou se de outra forma assegurar o controle societário dessa empresa;

- (3) “EBITDA” significa o somatório (A) do lucro operacional anual, antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições, participações e Despesa Financeira Líquida; (B) da depreciação e amortização consolidadas, ocorridas no mesmo período; e (C) das outras receitas (ou despesas) operacionais consolidadas, ocorridas no mesmo período. No caso de aquisição de participação societária, o EBITDA será ajustado adicionando-se os últimos 12 (doze) meses da empresa em que o Fiador tenha adquirido participação, sendo que o acréscimo será realizado proporcionalmente à participação detida pelo Fiador, se esta for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) e não assegurar o controle societário, ou integralmente, se superior a 50% (cinquenta por cento) ou se de outra forma assegurar o controle societário.

5.3.2 Na hipótese de ocorrer quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (ii), (iii), (iv), (viii), (ix) e (xvi) do item 5.3.1 acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, haverá o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

5.3.3 Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 5.3.1 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.3.2 acima), observados, quando aplicáveis, os prazos de cura, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da AGD, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos debenturistas, para deliberar sobre a eventual não-decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A AGD a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal. Caso os debenturistas não deliberem pela não-decretação de vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário declarará o vencimento antecipado mediante comunicação enviada à Emissora nos termos do item 5.3.6 abaixo.

5.3.4 Na AGD mencionada no item 5.3.3 acima, que será instalada observado o quórum previsto na Cláusula 8.4 desta Escritura, o vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por debenturistas que representem dois terços das Debêntures em Circulação.



5.3.5 Independentemente do disposto no item 5.3.4 acima, a não instalação da referida AGD por falta de quórum, verificada após a primeira e a segunda convocação, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

5.3.6 Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, desde a respectiva data de integralização ou da última data de pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada ou por meio de aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula 11 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.9.3.1 acima.

5.3.6.1 A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP e ao Banco Liquidante sobre o pagamento de que trata o item 5.3.6 acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

## 6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

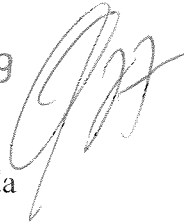
6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (2) declaração de quaisquer dois diretores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
  - a.1) A Emissora se obriga, ainda, a fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia

das demonstrações financeiras consolidadas do Fiador relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (ii) demonstrativo detalhado de apuração dos Índices Financeiros do Fiador, acompanhado de certificado de *compliance* emitido pelos auditores independentes; e (iii) declaração de quaisquer dois diretores do Fiador de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura incluindo, sem limitação, a observância dos Índices Financeiros pelo Fiador.

- b) A Emissora se obriga, ainda, a fornecer ao Agente Fiduciário, até 30 de setembro de cada ano, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das informações financeiras consolidadas do Fiador relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de cada ano, acompanhadas (a) do demonstrativo detalhado de apuração dos Índices Financeiros do Fiador, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros; e (b) de declaração, assinada por quaisquer dois diretores do Fiador, atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, a observância dos Índices Financeiros pelo Fiador. O Agente Fiduciário não conduzirá nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações que serão apresentadas, no que se refere ao cumprimento dos índices Financeiros, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.
- c) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário, através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- d) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora;





- e) dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas ou da data em que forem divulgados ao mercado, cópia de todas as cartas e comunicados enviados, bem como os Avisos aos Debenturistas e atas de assembleias que, de qualquer forma, envolvam interesses dos Debenturistas;
- f) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora ou pelo Fiador, , que possa resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas;
- g) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3.1 acima no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após a sua ocorrência e/ou de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas, imediatamente após a sua verificação, sendo certo que o descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões nelas previstos ou neste instrumento e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos previstos na Escritura;
- h) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCEPE em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo arquivamento; e
- i) os eventuais comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- ii) sem prejuízo do disposto no item 7.3 (v) desta Escritura, protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura e de eventuais aditamentos na JUCEPE, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;
- iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pela Instrução CVM nº 476/09, promovendo a



publicação das demonstrações financeiras da Emissora e do Fiador, nos termos exigidos pela legislação em vigor;

- iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- v) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- vi) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- ix) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;



- xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e o Contrato de Garantia; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Liquidante;
- xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Emissora e do Fiador e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
  - b) submeter suas demonstrações financeiras e as do Fiador a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM nº 358/02"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador-Líder e ao Agente Fiduciário; e

- g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- xvi) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvii) repassar as informações referentes aos eventos das Debêntures ao Banco Liquidante, informando o Valor Nominal Unitário atualizado da véspera do evento até às 18h00 (dezoito horas) da véspera do evento;
- xviii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- xix) observa, em todos os seus aspectos materiais, a legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, as demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão, assim como, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e
- xx) não transferir ou, por qualquer forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.2 As despesas a que se refere a alínea (xviii) do item 6.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:



- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas de viagem, alimentação, estadias e transporte, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

## 7. AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora nomeia e constitui a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, como agente fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEPE, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar semestralmente o cumprimento dos Índices Financeiros, com base nos cálculos devidamente elaborados pela auditoria independente contratada pela Emissora (para fins de verificação, o relatório a ser encaminhado pela Emissora ao Agente Fiduciário deverá apresentar memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do cálculo pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários);
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- ix) verificar a regularidade da constituição das garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

- x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores, civis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- xi) intimar a Emissora a reforçar as garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- xii) solicitar auditoria extraordinária na Emissora, às expensas da mesma, desde que devidamente justificado;
- xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.10 acima;
- xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora enviará todos os atos societários o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório na CVM, bem como as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
- a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- b) alterações estatutárias ocorridas no período;

- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos diretores da Emissora;
- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- i) declaração acerca da manutenção da suficiência e exequibilidade das garantias; e
- j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
  - 1) denominação da companhia ofertante;
  - 2) valor da emissão;
  - 3) quantidade de debêntures emitidas;
  - 4) espécie;
  - 5) prazo de vencimento das debêntures;



- 6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- 7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) no escritório do Agente Fiduciário;
  - c) na CETIP;
  - d) na CVM; e
  - e) na sede do Coordenador-Líder;
- xvii) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório acima mencionado se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- xix) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- xx) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;



- xxi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;
- xxii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, quando a substituição estiver autorizada por esta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso;
- xxiii) cumprir as demais funções contidas no Contrato de Garantia;
- xxiv) divulgar as informações referidas no item 7.3 (xv) "j" em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- xxv) disponibilizar diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.
- 7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora e observados os termos desta Escritura:
- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas, inclusive promover a excussão das garantias da Emissão;
  - ii) requerer a falência da Emissora;
  - iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;



- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora; e
- v) executar as garantias reais e fidejussórias da Emissão.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém que seja observado o quórum estabelecido na cláusula 8.8.

7.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a seguinte remuneração: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) anuais, na data-base de assinatura do presente instrumento, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil a contar da data de assinatura da presente Escritura, e as demais na mesma data dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

7.6.1 A remuneração definida no item 7.6, acima continuará sendo devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas.

7.6.2 Caso a Emissora atrase o pagamento de quaisquer das remunerações previstas no item 7.6 acima, estará sujeita à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito ao reajuste pelo Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), o qual incidirá desde a data de mora até a data de efetivo pagamento, calculado *pro rata die*, se necessário.

7.6.3 As parcelas de remuneração referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, a partir da data de assinatura desta Escritura, ou na falta deste, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data da assinatura do respectivo contrato, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário.

7.6.4 Os valores referidos acima serão acrescidos dos impostos que incidem sobre a prestação desses serviços, tais como o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza -



ISS, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, a constituição ao Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, excetuando-se o Imposto de Renda - IR, de responsabilidade da fonte pagadora, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.6.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.6.6 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência, assim que arbitrada em juízo.

7.7 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

7.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos

jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora.

7.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83 e dos artigos aplicáveis da Lei nº 6.404/76, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.10 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.11 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

7.12 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

## 8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.



8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo que a Emissora deverá ser sempre convocada para referidos conclaves.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alterações relacionadas (i) à Remuneração das Debêntures, (ii) à data de pagamento da Remuneração, (iii) ao prazo de vencimento das Debêntures, (iv) aos valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) às hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 5.3 acima, incluindo, mas não se limitando, aos Índices Financeiros e às hipóteses de renúncia ou perdão temporário; (vi) à alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula 8; (vii) às alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleia Geral de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula 8; e/ou (viii) à alteração da garantia real e fidejussória concedida aos Debenturistas, que dependerão da aprovação de, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, observado que em qualquer caso de alteração das características das Debêntures haverá necessidade de aprovação da Emissora, conforme definidas no item 5.1.2 acima.



8.9 As deliberações que digam respeito aos Debenturistas, como, por exemplo, (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante ou do Escriturador, e (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora, deverão ser tomadas por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, observado que em qualquer caso de alteração das obrigações da Emissora, haverá a necessidade de aprovação da Emissora. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto nela proferido.

8.10 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação por titulares da totalidade das Debêntures em Circulação.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto, podendo cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;



- vi) está ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- vii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- viii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- ix) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- x) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- xi) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- xii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83; e
- (xiii) com base no organograma encaminhado pela Emissora, atuar como agente fiduciário nas seguintes emissões, na forma prevista na Instrução CVM nº 28/83, assegurando tratamento equitativo a todos os debenturistas: (i) primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, com garantia real do Fiador, com vencimento em 20 de abril de 2018, em que foram emitidas 100 (cem) debêntures, em 20 de abril de 2011, no valor total de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("1ª Emissão de Debêntures do Fiador"). Até a presente data ocorreu apenas evento de amortização, não sendo verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento em relação à 1ª Emissão de Debêntures do Fiador. Na data da 1ª Emissão de Debêntures do Fiador, foi constituída (a) pelos acionistas Jorge Neval Moll Filho e Alice Junqueira Moll, alienação fiduciária de ações representando 42,5% (quarenta e dois vírgula cinco por cento) do capital social do Fiador e (b) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de prestação de serviços médicos, cedidos pelo Fiador, no percentual e condições previstas no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e na respectiva escritura de emissão; (ii) quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em

ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, do Fiador, com vencimento em 10 de agosto de 2019, em que foram emitidas 80.000 (oitenta mil) debêntures, em 10 de agosto de 2012, no valor total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) ("4ª Emissão de Debêntures do Fiador"). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento em relação à 4ª Emissão de Debêntures do Fiador. Na data da 4ª Emissão de Debêntures do Fiador, foi constituída (a) pelos acionistas Jorge Neval Moll Filho e Alice Junqueira Moll, alienação fiduciária de ações representando 24% (vinte e quatro por cento) do capital social do Fiador e (b) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de prestação de serviços médicos, cedidos pelo Fiador, no percentual e condições previstas no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e na respectiva escritura de emissão; e (iii) primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da L.E. Participações Societárias S.A., com vencimento em 15 de outubro de 2019, em que foram emitidas 200 (duzentas) debêntures, em 15 de outubro de 2012, no valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("1ª Emissão de Debêntures da L.E."). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento em relação à 1ª Emissão de Debêntures da L.E.. Na data da 1ª Emissão de Debêntures da L.E., foi constituída (a) pelos acionistas Jorge Neval Moll Filho e Alice Junqueira Moll, alienação fiduciária de ações representando 6% (seis por cento) do capital social da L.E. Participações Societárias S.A., (b) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de prestação de serviços médicos, cedidos pela L.E. Participações Societárias S.A., no percentual e condições previstas no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e na respectiva escritura de emissão, e (c) fiança prestada pelo Fiador.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO FIADOR

10.1 A Emissora, sem prejuízo das declarações por ela prestadas no âmbito do Contrato de Garantia, declara e garante ao Agente Fiduciário que:



- i) é companhia validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data, ressalvadas as garantias reais da Emissão pactuadas no âmbito do Contrato de Garantia; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEPE, seu registro em Cartório de Títulos e Documentos nos termos previstos nesta Escritura e o registro das Debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- xi) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- xii) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Emissora e o Fiador não têm conhecimento de nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- xiii) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- xiv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e no que se refere às garantias prestadas pela Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- xv) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas da Emissora em prejuízo dos investidores das Debêntures;

- xvi) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora e/ou o Fiador sejam partes (individualmente ou em conjunto) além daqueles apresentados em relação de processos sob a forma de planilha contendo seus principais dados, que, individualmente ou em conjunto, possam afetar negativamente a situação econômico-financeira da Emissora e/ou do Fiador;
- xvii) observa, em todos os seus aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

10.2 O Fiador declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é companhia validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Fiador;
- iii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais o Fiador seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem do Fiador, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- iv) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação é exigido para o cumprimento, pelo Fiador, de suas obrigações nos termos desta Escritura, exceto pela aprovação da prestação da Fiança nos termos do item 1.2. acima;
- v) a prestação da Garantia Fidejussória pelo Fiador foi autorizada por seus órgãos societários competentes e todas as demais autorizações necessárias para a prestação da Garantia Fidejussória foram obtidas e se encontram em pleno vigor;



- vi) não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente envolvendo o Fiador perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Garantia Fidejussória, ou comprometer, de qualquer modo, sua validade ou eficácia;
- vii) as declarações e garantias prestadas nesta Escritura, ou em qualquer outro instrumento que tenha sido celebrado em decorrência desta Escritura, são verdadeiras, válidas e não contêm qualquer falsidade ou incompletude, nem tampouco omitem a existência de qualquer ato ou fato relevante, cujo conhecimento seja necessário para fazer com que as declarações e garantias prestadas nesta Escritura sejam enganosas, incompletas ou inexatas;
- viii) a garantia fidejussória ora prestada constitui obrigação legal, válida e vinculativa do Fiador, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

10.3 A Emissora e o Fiador, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser sempre realizadas por escrito, se feitas por fax ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes a seguir:

- i) Para a Emissora e para o Fiador:

**HOSPITAL ESPERANÇA S.A. / REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.**

Rua Voluntários da Pátria 138, sobreloja, Botafogo

22270-010 – Rio de Janeiro – RJ



86 1 1 7 9



At.: Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto  
Telefone: (21) 3239-4700 – ramal 5066  
Fax: (21) 3239-4713  
E-mail: carlos.vasques@rededor.com.br

4 1 2 1 3

JUCEPE

ii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala nº 514  
22640-102 – Rio de Janeiro - RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

iii) Para o Banco Liquidante:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar  
04538-132 - São Paulo - SP

At.: Srs. Victor Pacífico Homem e Luiz André Negrin Petito  
Tel.: (11) 2797-4433 ou (11) 2797-4441  
Fax: (11) 2797-3140  
E-mail: [victor.homem@itau-unibanco.com.br](mailto:victor.homem@itau-unibanco.com.br) / [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

iv) para o Escriturador

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar  
04538-132 - São Paulo - SP

At.: Srs. Victor Pacífico Homem e Luiz André Negrin Petito  
Tel.: (11) 2797-4433 ou (11) 2797-4441  
Fax: (11) 2797-3140  
E-mail: [victor.homem@itau-unibanco.com.br](mailto:victor.homem@itau-unibanco.com.br) / [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)





v) Para a CETIP:

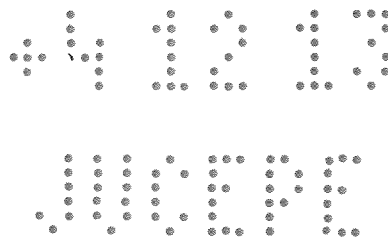
**CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481



ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

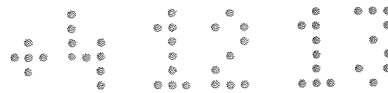
11.1.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “Dia Útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como



renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

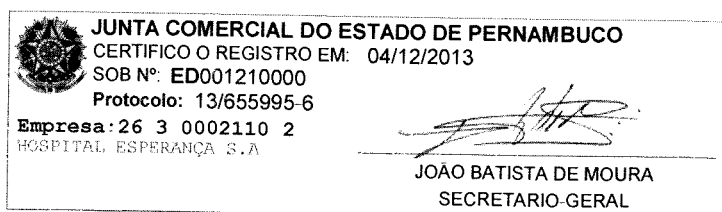
## 12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 22 de novembro de 2013.

*(assinaturas nas páginas seguintes)*



861179

(página de assinatura 1/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, do Hospital Esperança S.A." celebrada entre Hospital Esperança S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Rede D'Or São Luiz S.A., em 22 de novembro de 2013)

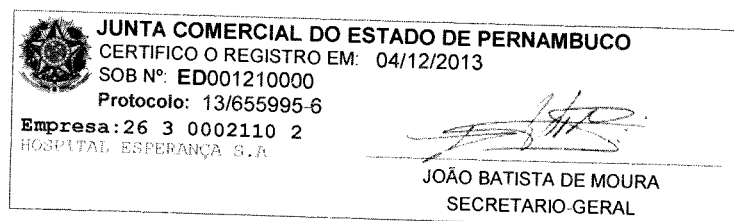
**HOSPITAL ESPERANÇA S.A.**

Nome: Pedro J. G. - Mof

Cargo:

Nome:

Cargo:

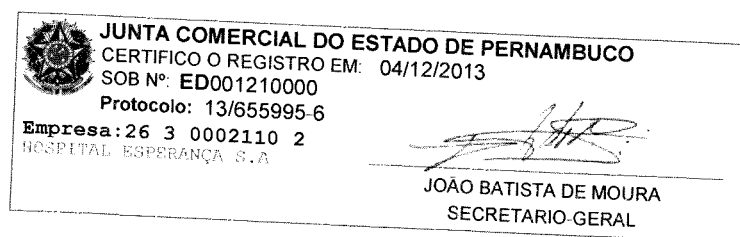


(página de assinatura 2/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, do Hospital Esperança S.A." celebrada entre Hospital Esperança S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Rede D'or São Luiz S.A., em 22 de novembro de 2013)

# **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**



Nome: **Pedro Silva**  
Cargo: **Procurador**



861179

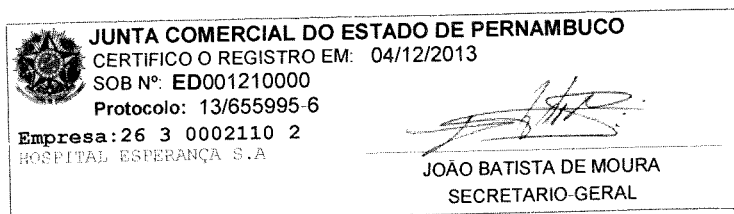
(página de assinatura 3/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, do Hospital Esperança S.A." celebrada entre Hospital Esperança S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Rede D'or São Luiz S.A., em 22 de novembro de 2013)

**REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.**Nome: HERACLITO

Cargo:

Nome:

Cargo:



9/55

(página de assinatura 4/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, do Hospital Esperança S.A." celebrada entre Hospital Esperança S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Rede D'or São Luiz S.A., em 22 de novembro de 2013)

Testemunhas:

1. *Nathália Rocha*

Nome:

RG: *Nathália R. Rocha*  
PE: 130.950.987-58  
RG: 21.335.277-6

2.

Nome:

RG:

*Laura Leonides Ferreira Conceição*  
Laura Leonides Ferreira Conceição  
ID. 09088.617-7 - IFP-RJ  
CPF: 01266176780



1º REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DE PESSOAS JURÍDICAS

**1º-RTD**  
RECIFE - PE.

OFICIAL: MABEL DE HOLLANDA CALDAS

1º SUBSTITUTO: JOSÉ ALBERTO MARQUES LISBOA FILHO 2º SUBSTITUTA: LÚCIA LEANDRO DA SILVA  
3º SUBSTITUTO: SANDRO CÂNDIDO DA SILVA  
AV. DANTAS BARRETO, 160 - TÉRREO - RECIFE - PE - CEP 50010-360 - FONE (81) 3224.4026 / 3224.5689  
E-mail: 1rtdrecife@1rtdrecife.com.br - Internet: www.1rtdrecife.com.br

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO SOB Nº  
O QUE CERTIFICAMOS

861179

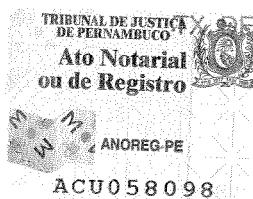
05 dez 2013

RECIFE - PE

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE  
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

EMOLUMENTOS: R\$

R\$



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/12/2013

SOB Nº: ED001210000

Protocolo: 13/655995-6

Empresa: 26 3 0002110 2  
HOSPITAL ESPERANÇA S.A.

*João Batista de Moura*  
JOÃO BATISTA DE MOURA  
SECRETARIO-GERAL